

A TRANSVERSALIDADE DA AUDIODESCRIÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA ESPAÑHOLA

Edilene Rodrigues Barbosa

Professora do Dep. Letras/Espanhol da UERN

1. Introdução

Quando se fala sobre inclusão social, seja esta física, intelectual, auditiva, visual ou múltipla, nos deparamos com a questão da acessibilidade. Segundo a Portaria de Lei nº 310 de 27 de julho de 2006, acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiências auditiva, visual ou intelectual. Hanson (1995) considera acessibilidade como o tópico central de uma medida de qualidade de vida. Para favorecer a inclusão social o Governo Federal lança medidas voltadas para a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, pragmática, tecnológica, técnica e audiodescritiva. Essas medidas intervêm diretamente na escola, uma vez que, a escola é responsável por tornar cidadãos conscientes e agentes do seu meio, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Para Tercedor Sánchez *et al* (2007, p. 41) a acessibilidade aos meios audiovisuais, nos últimos anos, girou em torno dos conceitos de legendagem para surdo e audiodescrição (AD) para cegos. A audiodescrição é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar (MOTTA e FILHO, 2010, p. 11). A inclusão da AD como ferramenta no ensino de espanhol favorece tanto o desenvolvimento das estruturas linguísticas e pragmáticas da língua como conscientiza o aluno para questões de acessibilidade e aceitação, por intermédio do desenvolvimento dos Temas Transversais implícitos na AD.

Os Temas Transversais têm como objetivo trazer para a escola, questões importantes da vida cotidiana. Por tratarem de problemas sociais abordam processos que estão sendo

vividos pela sociedade. São questões urgentes e de abrangência nacional que necessitam de transformações pessoais e sociais. (LUCINI, 1994)

O presente artigo é de cunho interpretativista, pois visa refletir sobre a transversalidade da audiodescrição, discutindo em que pontos o uso da audiodescrição como ferramenta no ensino de LE pode favorecer o diálogo entre as temáticas transversais propostas pelos PCN/temas transversais (BRASIL, 1998) e as metodologias de ensino de língua estrangeira.

Sarmiento (2003, p. 142) justifica um trabalho interpretativista como sendo aquele em que o conhecimento científico dos fatos sociais resulta de um trabalho de interpretação, o qual só é possível mediante a interação entre o investigador e os atores sociais, de forma a poder reconstituir-se a complexidade da ação e das representações da ação social. Dessa maneira, por meio de interpretação dos dados obtidos em uma pesquisa realizada em 2010-2011 na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (BARBOSA, 2011), faremos nossas inferências.

Na pesquisa realizada, intitulada “Tradução e Acessibilidade: a audiodescrição como prática social e ferramenta para o ensino de línguas”, o que nos atentou para a questão da transversalidade da AD foi percebermos que, os alunos, ao serem confrontados com a realidade e a acessibilidade do cego aos meios audiovisuais, se sentiram incomodados. Gerou então um sentimento de empatia as diferenças, em especial a necessidade do público não-vidente.

2. Lei da audiodescrição

A Audiodescrição é destinada ao público com deficiência visual. Consiste na narração/descrição das cenas e elementos de cenas essenciais para a compreensão e interação do cego com a produção audiovisual. A AD, segundo Benecke (2004), deve ser colocada entre os diálogos sem interferir nos efeitos musicais e sonoros.

No Brasil, a AD foi regulamentada pela portaria 310 de 27 de junho de 2006 e rediscutida pela portaria 985 de 26 de novembro de 2009. A primeira Portaria tinha por base a Norma Complementar no 01/2006 de Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão

de televisão e definia a legenda oculta (ou *closed caption*, como está sendo conhecido no Brasil), a audiodescrição, a dublagem e a janela de LIBRAS como as ferramentas que tornam a programação audiovisual acessível. A Portaria 985/2009:

1. Torna o recurso de audiodescrição exigível apenas na programação veiculada pelas emissoras no sistema de televisão digital;
2. Altera o cronograma de implementação da audiodescrição originalmente proposto para iniciar em 2 horas por dia chegando a 100% da programação após 10 anos, para 2 horas por semana a partir de julho de 2011 chegando, no máximo, a 24 horas por semana após 10 anos.
3. Desobriga as retransmissoras afiliadas a emissoras cabeça-de-rede de tornar acessíveis a programação própria. (FILHO, 2010, p. 62)

Embora a AD brasileira ainda não tenha um modelo próprio, algumas diretrizes são utilizadas na busca de um modelo que se adeque as especificidades ao público brasileiro, como as de Benecke:

- a. Não resumir o que aconteceu (por exemplo, não falar “eles brigam”, mas descrever a cena “o homem alto da um soco no homem com um chapéu de palha”);
- b. Não interpretar o que acontece (não falar “ele esta doente”, mas “ele põe a mão sobre a testa e respira fundo”);
- c. Não dar a informação muito cedo (“ha um homem atrás da porta”), para não quebrar o suspense. (BENECKE, 2004 apud FRANCO, 2006, p.13)

Depois de tantas interrupções e complementações sobre a Lei da audiodescrição (Portaria 466/2008, 403/2008, 661/2008, Decreto 5.762/2006) a mesma está sendo inserida aos poucos na televisão aberta brasileira. A Rede Globo de televisão audiodescreve os filmes exibidos na Temperatura Máxima e na Tela Quente e o Sistema Brasileiro de Televisão audiodescreve o seriado mexicano Chaves.

Ballester Casado (2007, p.150) destaca que,

Construir um mundo cada vez mais acessível para todos os coletivos e deficientes em geral, e em particular para os deficientes visuais, é sem dúvida um objeto que hoje em dia marca os Governos em muitos países graças à pressão dos coletivos implicados. Concretamente, o campo da acessibilidade ao ócio é um dos mais deficientes. Pouco a pouco a legislação em muitos países obriga o aumento das cotas de produtos audiovisuais na TV e cinema, e em alguns países a comercialização de DVD com AD. Tudo isso faz com que surja por uma parte a necessidade de formar profissionais de AD e por outra de investigar com rigor este tema¹.

¹ Construir un mundo cada vez más accesible para todos los colectivos y discapacitados en general, y en particular para el de los discapacitados visuales, es sin duda un objeto que hoy en día se marcan los Gobiernos de muchos países gracias a la presión de los colectivos implicados. Concretamente el campo de la accesibilidad al ocio es uno de los más deficientes. Poco a poco la legislación en muchos países obliga a ir incrementando las cuotas de productos audiovisuales en TV y cine, y en algunos países se comercializan ya DVD con AD. Todo ello hace que surja por una parte la necesidad de formar profesionales de la AD por otra de investigar con rigor este tema.

Embora se preste, *a priori*, a descrever cenas para a inclusão dos deficientes visuais aos meios audiovisuais, a AD vai muito além da descrição de informações percebidas pela visão. Questões técnicas, linguísticas e fílmicas precisam ser observadas para que se possa levar a cabo a tarefa. Essa interdependência de questões linguísticas e técnicas da AD nos levaram a refletir sobre o processo de aprendizagem de uma língua por intermédio das técnicas da tradução para AD.

3. A audiodescrição no ensino de Língua Espanhola

Como dito anteriormente, a AD é uma modalidade de tradução audiovisual definida como a técnica utilizada para tornar o teatro, o cinema e a TV acessíveis para pessoas com deficiência visual. Os estudos da AD se inserem nos Estudos de Tradução diferenciados Jakobson (1995) em três tipos de tradução: a interlinguística, a intralinguística e a intersemiótica. A AD seria uma “tradução intersemiótica porque transmuta as imagens de um filme em palavras”. (ARAÚJO, 2010, p. 09).

O uso da tradução no ensino de línguas estrangeira (LE) foi reivindicada pelo enfoque comunicativo, a AD, sendo parte integrante da tradução, surge nas aulas de línguas com o propósito de desenvolver as quatro habilidades linguísticas dos alunos de LE (ler, entender, falar e ouvir). Ao transformar o visual em verbal o aprendiz que usa das técnicas de AD, reforça os conteúdos linguísticos, assim como desenvolve a compreensão e produção oral e a compreensão e produção leitora.

Ao triangular os dados da pesquisa “Tradução e acessibilidade: a audiodescrição como prática social e ferramenta para o ensino de línguas”, percebemos que a execução dos passos de elaboração de AD facilitava o desenvolvimento linguístico do aprendiz de LE.

Para Santana (2010, p. 123) o processo de produção da AD segue quatro etapas. Na primeira etapa se deve:

- assistir ao filme na íntegra pelo menos uma vez;
- Elencar os personagens – seus nomes e características principais;
- Detectar no filme seu “tempo e espaço”, ou seja, quando e onde acontece a história. Um filme pode conter diferentes passagens de “tempo e história”;

- Mapear o que é imprescindível se audiodescrever, o que tem relevância para o melhor entendimento da mensagem, e o que pode, caso precisemos, ser cortado em termos de descrição.

Na segunda etapa, chamada por Santana (2010, p. 124) de **Marcação de cena**, se deve:

- Detectar os espaços entre os diálogos, pausas, silêncios e pontos importante que o filme nos apresenta para inserção da AD. Normalmente usamos como referência para este trabalho, o *Time Code* ou as “deixas”, que são os inícios e finais das falas dos atores/personagens.

TIME-CODE	AUDIODESCRIÇÃO	
00:04:22:03 --> 00:04:25:20	Mas Vó, como é que é feita a chuva? A avó enxuga as lágrimas no vestido.	→ DEIXA
00:04:34:23 --> 00:04:36:20	- Você não lembra? Romanza balança a cabeça negativamente.	→ DEIXA
00:05:35:22 --> 00:05:37:11	-... só esperando o sol, pra fazer eles brilhar. Os olhos verdes de Romanza sorriem. [Rápido] [Falar assim que aparece o rosto de Romanza]	→ DEIXA → RUBRICA
00:06:11:22 --> 00:06:13:21	- Você vai ver só. A avó olha para São José. Lá fora...	→ DEIXA

Quadro 01: Modelo de marcação de cena (ARAÚJO, 2010, p. 101)

Na terceira etapa é definido e criado o conteúdo descritivo do filme, o texto da audiodescrição, cena por cena. A quarta etapa é destinada a gravação e mixagem da obra audiodescrita.

Sob a ótica do ensino de línguas vemos nas etapas da AD oportunidades para desenvolver a compreensão oral, aumentar a percepção global e detalhada de produtos auditivos, trabalhar questões pragmáticas da língua espanhola, trabalhar seleção de materiais, desenvolver o *input* para questões relevantes de produções audiovisuais, trabalhar produção textual, reforçar conteúdos linguísticos, rever conceitos gramaticais, trabalhar a produção oral, desenvolver a prosódia da língua estrangeira, como explicitados no quadro de procedimentos e habilidades:

Procedimentos de AD	Habilidades de E/LE
- assistir ao filme	- trabalhar a compreensão oral
- Elencar os personagens	- trabalhar a pragmática de descrições e análises físicas e psicológicas
- Detectar no filme seu “tempo e espaço”	- integrar o aluno para questões socioculturais

	presentes nas obras audiovisuais que marcam as representações da sociedade e da época.
- Mapear o que é imprescindível se audiodescrever	- refletir sobre a mensagem, o interlocutor e o receptor
- Criação do texto de AD	- trabalhar produção textual
- Gravação e mixagem	- trabalhar a produção oral

Quadro 02: Procedimentos de AD x habilidades em LE

Quanto à etapa de criação de texto para AD, Navarrete (2007) adverte que o roteiro é a parte fundamental e mais trabalhosa do processo, pois depende de duas questões: a clareza do conceito e a habilidade do descritor nos processos de criação, precisão e rapidez.

Vale dizer que a pesquisa em questão trata do ensino de língua espanhola, por tanto, a língua de trabalho foi o espanhol, trabalhamos com produções audiovisuais espanholas, com criação de texto em língua espanhola e com gravação de textos em espanhol. Estamos convencidos que benefícios similares aos alcançados com a língua estrangeira seriam alcançados se a língua trabalhada fosse a língua portuguesa.

Nossos estudos se centraram no desenvolvimento da compreensão oral e ao executar e refletir nossas atividades, vimos um novo rumo sendo tomado na pesquisa, que ia mais além do que o trabalho de estruturas linguísticas, ou valores sociais, começávamos a ver a AD sob a ótica da formação de cidadãos conscientes e integrados socialmente.

4. A temática da transversalidade nas aulas de língua espanhola

Os PCN (BRASIL, 1998) salientam a importância de se trabalhar com os temas transversais em sala de aula, principalmente quando estamos lidando com alunos do ensino básico. Diante da implantação da Lei 11.161/2005 que trata da obrigatoriedade da inclusão da língua espanhola nas escolas de Ensino Médio, o foco dos estudos de língua espanhola se afastou dos conceitos de espanhol como língua estrangeira e se voltou para o Ensino Básico da Rede Pública. Desta forma, vem à tona o engajamento de ensino de LE e os temas transversais explicitados pelos PCN (BRASIL, 1998).

Sendo questões sociais, os Temas Transversais tratam de assuntos que são vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e professores em seu cotidiano. Abordam diversos temas sociais em busca de soluções e alternativas, e muitas vezes confrontam posicionamentos contrários tanto em relação ao âmbito social quanto à atuação pessoal.

Os Temas Transversais não foram criados para substituir as disciplinas já existentes, mas para complementá-las. Para fazer com que os alunos se tornem verdadeiros cidadãos, conhecendo seus direitos e deveres (PCN-BRASIL, 1998, p. 17).

São objetivos dos PCN (BRASIL, 1998, p. 05):

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.

Nas várias áreas do currículo escolar existem, implícita ou explicitamente, ensinamentos a respeito dos temas transversais, isto é, todas educam em relação a questões sociais por meio de suas concepções e dos valores que veiculam nos conteúdos, no que elegem como critério de avaliação, na metodologia de trabalho que adotam, nas situações didáticas que propõem aos alunos. Por outro lado, sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para explicá-los; ao contrário, a problemática dos temas transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 26)

A inclusão dos Temas Transversais exige, portanto, uma tomada de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social, o que requer uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de seus conteúdos: valores, procedimentos e concepções a eles relacionados. Assim sendo, a AD promove a acessibilidade comunicacional que conduzirá os educandos com deficiência à desejada inclusão escolar.

Com ações que envolvem não só o professor, mas também toda a escola e a comunidade escolar, os educandos com e sem deficiência serão formados com a perspectiva da inclusão social, ou seja; tendo respeitados os seus direitos de acesso ao conhecimento formal, à cultura, aos espaços físicos e também à própria liberdade de expressão e empoderamento, mobilizadores da autonomia e independência. (GUEDES, 2010, p. 06)

Sendo a inclusão social um tema transversal, enquadrado na temática de Pluralidade Cultural, a utilização da audiodescrição como ferramenta de cunho pedagógico poderá, segundo Guedes (2010, p.07),

- minimizar ou eliminar as barreiras presentes nos meios de comunicação que se interponham ao acesso à educação, tais como aquelas presentes no acesso a materiais bibliográficos;
- proporcionar que alunos com deficiência visual, com dislexia e outros tenham acesso aos conteúdos escolares, no mesmo tempo em que o restante da turma;
- permitir que todas as ilustrações, imagens, figuras, mapas, desenhos e demais configurações bidimensionais, presentes nos livros didáticos, fichas de exercícios, provas, comunicados aos pais, cartazes, circulares internas etc. também sejam disponibilizados em audiodescrição;
- zelar pela autonomia, empoderamento e independência dos alunos com deficiência visual e outros usuários do recurso;
- atentar para a descrição de objetos que fazem parte do cotidiano escolar, como a disposição do mobiliário da sala de aula, da planta baixa da escola, da distribuição do acervo na biblioteca, dos espaços de recreação e outros ambientes e produtos de uso comum etc.;
- perceber a transversalidade do recurso, por exemplo, ao estimular que, com uso de uma atividade coletiva de audiodescrição, durante uma aula de matemática ou de ciências, os alunos possam desenvolver descrições por escrito, de tal sorte que as informações ali contidas possam ser aproveitadas nas aulas de língua portuguesa;
- considerar a importância de democratizar as informações e conhecimentos construídos em sala de aula para toda a comunidade escolar, oferecendo aquele recurso em exposições, mostras, feiras de ciências, apresentações, reuniões de pais e mestres, encontros pedagógicos, aulas de reforço escolar, excursões temáticas, jogos e olimpíadas esportivas, exibição de filmes e nos demais encontros e atividades cuja educação seja o foco;
- reforçar o respeito pela diversidade humana, praticando e divulgando ações de cunho acessível entre os alunos com e sem deficiência;
- atrair parceiros que possam financiar projetos de acessibilidade na escola e a partir dela;
- criar programas e projetos de voluntariado e monitoria que envolvam o público interno da instituição e a comunidade escolar, a fim de capacitar os interessados na temática da audiodescrição e levar adiante outras iniciativas de acessibilidade;
- promover encontros de formação, reflexão e sensibilização sobre a inclusão social das pessoas com deficiência para professores, funcionários, gestores, alunos e comunidade, fortalecendo a máxima de que a inclusão só poderá ser construída por intermédio da perpetuação de práticas acessíveis, ou seja, a partir da eliminação de barreiras, tais como as atitudinais e aquelas presentes nos meios de comunicação.

Os estudos em língua estrangeira são considerados pelos PCN (BRASIL, 1998) como um Tema Transversal de Trabalho e Consumo, pois o aluno, ao ser confrontado com a temática em língua estrangeira se prepara para o mercado de trabalho aperfeiçoando-se para uma melhor *performance* laboral. Enquanto o estudo de língua estrangeira valoriza o tema transversal de trabalho e cultura fazendo com que os alunos possam constatar que o trabalho é importante na construção da riqueza do país, e que trabalho e consumo são fatores importantes na construção da própria imagem e da imagem do próximo como cidadão de direitos, a audiodescrição valoriza o tema transversal de pluralidade cultural, marcada pela necessidade de se combater através da educação o preconceito em relação ao diferente. O

trabalho com a pluralidade cultural é voltado em promover a dignidade humana. Para tanto, o papel fundamental da escola é reconhecer a diversidade que envolve a problemática social, cultural e ética.

A abordagem dos diferentes eixos transversais deve cumprir um duplo propósito: permitir consolidar e exercitar novos procedimentos e competências que contribuam para o aprofundamento e análise de problemáticas e promover e potencializar, desde os diferentes componentes curriculares, as competências próprias das estruturas cognitivas e afetivas.

Olhar para o próximo e solidarizar-se com suas dificuldades foi um dos pontos positivos da pesquisa com AD. Em uma atividade foi pedido aos alunos que virassem de costas enquanto passávamos uma produção audiovisual na TV, eles teriam que narrar o ocorrido, fazendo as inferências por meio dos sons que conseguissem distinguir. O resultado não foi dos melhores, em trechos onde passava um trem, os alunos disseram que era choro de criança, tal era a dificuldade encontrada pelos discentes em contar uma história partindo apenas do *input* auditivo. Mesmo falhando com relação ao conteúdo da produção audiovisual, a atividade foi a mais feliz já executada, pois serviu para gerar a consciência para valores de aceitação, inclusão e cidadania.

5. Considerações Finais

O que motivou o estudo da transversalidade da audiodescrição foi perceber que os alunos se sentiram incomodados quando se deparavam com a realidade do deficiente visual. Em se colocar no lugar de *outrem*, os alunos se sensibilizaram com a relação de dependência de terceiros, vivenciados pelo público não vidente, para aproveitar os recursos audiovisuais.

A experiência de “tornar-se cego” para executar a atividade, deu uma nova significação a AD, que nas palavras de Queiroz (2010, p.17) “ a audiodescrição não significa só pessoas com deficiências apaixonadas por sua liberdade e autonomia, ela é, em si, um conjunto de técnicas e estratégias, o trabalho de um grupo, experiência e arte”.

O duplo êxito da pesquisa, tanto em questões do potencial didático da AD, quanto da relevância social da mesma, abre portas para que temas como aceitação, tolerância, acessibilidade e inclusão sejam trabalhados nas aulas de língua estrangeira, no nosso caso, aulas de espanhol na Educação Básica.

6. Referências

ARAÚJO, V. L. S. A formação de audiodescritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica. In: MOTTA, L. M. V. M; FILHO, P. R. **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras**. São Paulo: Sec. Estado dos direitos das pessoas com deficiência, 2010. p. 93-104.

BALLESTER CASADO, A. La audiodescripción: apuntes sobre el estado de la cuestión y las perspectivas de investigación. **TradTerm**. Vol. 13 [S.L]: 2007. 151-169

BARBOSA, E. R. La audiodescripción para el desarrollo de la comprensión oral. In: MIRANDA, C. A. A; NASCIMENTO, M. V. F; SANTOS, G. J. L (org.). **Anais do I Colóquio GEPPELE: novos rumos na formação do professor de espanhol – políticas linguísticas e ensino de E/LE na escola**. Departamento de Letras Estrangeira – DLE / Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011. p. 132-144.

BENECKE, B. Áudio-Description. In **META**. Vol. 49, nº1. Montréal, Avril, 2004. p. 78-80.

BRASIL. Decreto nº 5.762 de 27 de abril de 2006. Prorroga por sessenta dias o prazo previsto para expedição da norma complementar de que trata o art. 2º do Decreto nº 5.645 de 28 de dezembro de 2005. D.O.U. 29 dez. 2005. Ministério das Comunicações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5762.htm>. Acesso em: 02/02/2009.

_____. Lei 11.161, de 5 de agosto de 2005. **Dispõe sobre o ensino da língua espanhola**. Brasília, 8 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 de abril de 2012.

_____. **Portaria 310** de 27 de junho de 2006. D.O.U., 28 jun. 2006a. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/o-ministerio/legislacao/portarias/portaria-310.pdf>>. Acesso em: out.2009.

_____. **Portaria 985** de 26 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2009/11/portaria-9852009-sexta-portaria-do.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

_____. Portaria nº 403 de 27 de junho de 2008. D.O.U., 31 jun. 2008c. Ministério das Comunicações. Disponível em <<http://www.mc.gov.br/oministerio/legislacao/portarias.htm>>. Acesso em: 02/02/2009.

_____. Portaria nº 466 de 30 de junho de 2008. D.O.U., 31 jun. 2008b. Ministério das Comunicações. Disponível em <<http://www.mc.gov.br/oministerio/legislacao/portarias.htm>>. Acesso em: 02/02/2009.

_____. Portaria nº 661 de 14 de outubro de 2008. D.O.U., 15 out. 2008a. Ministério das Comunicações. Disponível em <<http://www.audiodescricao.com/acessivelportaria-suspensao.htm>>. Acesso em: 02/02/2009.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília : MEC/SEF, 1998. 436 p.

FILHO, P. R. Políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência – audiodescrição na televisão brasileira. In: MOTTA, L. M. V. M; FILHO, P. R. **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras.** São Paulo: Sec. Estado dos direitos das pessoas com deficiência, 2010. p.43-66.

FRANCO, E. **Ciência e Cultura.** Ano 58, nº 01, Jan-Mar. 2006. p. 12-13.

GUEDES, L. C. **Os usos pedagógicos da audiodescrição** - uma tecnologia assistiva a serviço da inclusão social. Disponível em: <<http://www.vezdavoiz.com.br/2vrs/noticias-view.php?id=86>>. Acesso em: mai.2010.

HANSON, S. Getting there: urban transportation. in: HANSON, S. **The geography of urban transportation.** New York: The Guilford Press, 1995. p. 3-25.

JAKOBSON, R. Aspectos da Tradução. Trad. Izidoro Bilikstein. In: JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação.** São Paulo: Cultrix, 1995. p. 36-86.

LUCINI, F. G. **Temas transversales y educación en valores.** Madrid: Anaya, 1994.

MOTTA, L. M. V. M; FILHO, P. R. Apresentação. In: MOTTA, L. M. V. M; FILHO, P. R. **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras.** São Paulo: Sec. Estado dos direitos das pessoas com deficiência, 2010.

NAVARRETE, J. Concepto general de la audiodescripción y tecnologías aplicadas. Problemática del “apagón analógico en TV”. In: **5º Seminário sobre meios de**

comunicación sin barreras. Valencia, 2007. Disponible en: <<http://www.uch.ceu.es/sinbarreras/textos/navarrete04.htm>.> Acceso en 04 de Julio de 2008.

QUEIROZ, M. A. Prefácio. In: MOTTA, L. M. V. M; FILHO, P. R. **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras.** São Paulo: Sec. Estado dos direitos das pessoas com deficiência, 2010. p. 13 – 20.

SÁENZ-LÓPEZ, P. Elaboración y valoración de materiales para Educación Física en Primaria. Revista, **Wanceulen EF Digital** 2009. p. 138-145 Disponível em www.wanceulen.com/revista/index.html. Acesso em 23/05/12.

SANTANA, M. A primeira audiodescrição na propaganda da TV brasileira: natura naturé um banho de acessibilidade. In: MOTTA, L. M. V. M; FILHO, P. R. **Audiodescrição: Transformando imagens em palavras.** São Paulo: Sec. Estado dos direitos das pessoas com deficiência, 2010. p. 117-128.

SARMENTO, M. J. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N; CARVALHO, M. P; TEIXEIRA, R. A. (org) **Itinerários de pesquisa – perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

TERCEDOR SÁNCHEZ, M. I *et al.* Parámetros de análisis en la subtitulación accesible. In: JIMÉNEZ HURTADO, C (Org). **Traducción y accesibilidad – Subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos: nuevas modalidades de Traducción Audiovisual.** Frankfurt: Peter Lang, 2007. 41 – 51.

YUS, R. **Temas transversales: hacia una nueva escuela.** Barcelona: Grao, 1996.